



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

COLÓQUIO
"O PLANO NACIONAL DE EMPREGO"

Série "Estudos e Documentos"

LISBOA



CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

COLÓQUIO
“O PLANO NACIONAL DE EMPREGO”

(Organizado pelo Conselho Económico e Social,
no Pequeno Auditório da Caixa Geral de Depósitos,
a 23 e 24 de Março de 1998)

Lisboa, 1998

Índice

Sessão de Abertura	
Intervenção do Presidente do Conselho Económico e Social <i>Dr. José da Silva Lopes</i>	9
Intervenção Ministro do Trabalho e da Solidariedade <i>Dr. Eduardo Ferro Rodrigues</i>	13
Intervenção do Comissário da União Europeia <i>Mr. Padraig Flynn</i>	25
Políticas Activas de Emprego	
Emprego e Desemprego <i>Prof. António de Figueiredo</i>	37
Mercado Social de Emprego <i>Dr. Acácio Catarino</i>	53
Fiscalidade e Emprego <i>Dr. Manuel Freitas Pereira</i>	63
Educação e Formação Profissional (I)	
O Ensino e o Mercado de Trabalho <i>Prof.ª Teresa Ambrósio</i>	73
O Ensino e a Evolução Económica <i>Prof. António Barreto</i>	85
Educação e Formação Profissional (II)	
Intervenção do Secretário de Estado do Emprego e Formação <i>Dr. Paulo Pedroso</i>	95
A Transição da Escola para a Vida Activa <i>Dr. Joaquim de Azevedo</i>	103
A Política de Formação Profissional <i>Prof.ª Margarida Chagas Lopes</i>	115

Igualdade de Oportunidades no Mercado de Trabalho

Intervenção do Secretário de Estado da Inserção Social

Dr. Rui Cunha 123

As Mulheres no Mercado de Trabalho

Prof.ª Lúcia Amâncio..... 133

Os Deficientes e o Emprego

Dr. Luís Capucha 143

As Minorias Étnicas e o Emprego

Dr. José Leitão 157

Desenvolvimento do Espírito Empresarial e da Capacidade de Adaptação das Empresas

Intervenção do Ministro da Economia

Dr. Pina Moura 171

Facilidades ao Estabelecimento de Novas Empresas

Dr. Paulo Nunes de Almeida 179

Melhoria da Competitividade e da Capacidade de Adaptação das Empresas

Prof. Ricardo Bayão Horta..... 191

Facilidades à Instalação de Empresas

Eng.º António Souta 203

Programa..... 211

AS TRANSIÇÕES ENTRE O SISTEMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO E A INTEGRAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

*Dr. Joaquim Azevedo**

1. INTRODUÇÃO

Começo por propor uma alteração ao tema que o Senhor Presidente do CES me convidou a tratar, convite que muito agradeço. Não se trata de uma questão de palavras, mas de conteúdos. Na realidade, não existe "transição entre escola e vida activa". Existem transições entre as várias saídas de um complexo sistema de ensino e de formação inicial e a integração socioprofissional, também ela uma larga árvore de muitos ramos, onde as desigualdades sociais estão bem evidentes.

Nos breves minutos que me concederam pouco mais poderei fazer do que colocar o problema de outra maneira. O que, a meu ver, já é suficientemente importante para o debate, mas pode defraudar quem porventura esperasse de mim uma exposição centrada em soluções. Como costumo referir, falamos demasiado das soluções e, por vezes, não nos damos conta de que os problemas de que tínhamos partido já não são os mesmos e que, por vezes até já nem existem. Assim sucede com a problemática das transições. Várias e profundas mutações alteraram a circunstância de que se partiu, o que requer uma análise histórica e culturalmente situada.

Não deixarei de enunciar, mas apenas enunciar, algumas medidas de política que me parecem prioritárias face ao novo quadro que vou descrever e analisar muito brevemente.

Vejamos por partes.

* Director do Instituto Empresarial Portuense (Associação Industrial Portuense).

2. VÁRIOS MODOS E NÍVEIS DE SAÍDA

Falar de transições é desde logo falar de saídas do sistema de ensino e de formação profissional inicial. Elas verificam-se a vários níveis e apresentam-se de modos substancialmente diferentes (Gráfico 1).

NÍVEIS	MODOS			
	Desqualificado		Qualificado	
	Escolar	Profissional	Escolar	Profissional
Escolaridade obrigatória				
Profissional (nível II)				
4. Saída com 12.º ano completo 4A - Curso Geral		x	x	
4B - Curso Tecnológico 4C - Curso E. Profissional 4D - Curso de Aprendizagem			x	x
5. Saída com ensino superior incompleto/sem diploma		x	x	x
6. Saída com ensino superior/curso completo 6A - Bacharelato 6B - Licenciatura			x	x

Quanto aos modos, eles dividem-se entre qualificados e desqualificados e subdividem-se em escolar e profissionalmente qualificados. Esta divisão tem como grande vantagem separar, de imediato, dois grandes universos problemáticos de saídas do sistema de ensino e de formação inicial: os que jogam a sua inserção socio-profissional detentores de uma qualificação e os que a enfrentam desqualificados. Por outro lado, entre os portadores de uma qualificação impõe-se também a distinção entre os que possuem

uma qualificação escolar, uma qualificação profissional e uma qualificação escolar e profissional. Entre os desqualificados importa também distinguir entre quem o faz desqualificadamente em termos escolares, profissionais e escolares e profissionais. Além disso, há ainda múltiplos níveis de saída, com diferentes graus de ensino, completos e incompletos (assinalam-se dez).

Ou seja: a primeira parte da problemática das transições, as saídas do sistema de ensino e da formação profissional inicial, é bastante complexa. Compreende uma realidade multifacetada que não permite leituras reductionistas, sob pena de se construir uma retórica sobre algo que efectivamente não existe.

Entre esta realidade multifacetada afluem alguns problemas nucleares que não cabem na mera descrição dos vários modos e níveis de saída mas que, no entanto, são imprescindíveis para a sua compreensão. Sublinho, por ora, dois.

O primeiro refere-se à "moratória educacional"¹ ou seja, ao facto de se adiar a entrada no mercado de emprego através da ampliação e diversificação das modalidades de ensino e de formação e do prolongamento da permanência no sistema de ensino e de formação (Gráfico 2). Enquanto que, nos anos 70, a passagem da escola ao trabalho, à família e a outras instituições sociais e a um quadro de autonomia, se processava para a maioria dos adolescentes aos 11 anos, nos anos 90 essa passagem ocorre, também para a maioria, aos 15 e 16 anos. Este movimento compreende uma das mais vastas e profundas mutações sociais e culturais ocorridas nos últimos trinta anos no nosso país, que aqui apenas podemos registar.

É evidente que este prolongamento da formação de base e de permanência no sistema de ensino e de formação de um número cada vez maior de portugueses, representa um inestimável bem cultural geral, que há-de inclusivamente ter repercussões positivas no desenvolvimento social do país e, necessariamente, também nas pequenas e médias empresas.

Considero, entretanto, que é necessário perceber melhor e muito mais seriamente o que é que se está a adiar ao adiar-se o acesso ao

¹ Lynne Chisholm - Youth transitions in the european union. In Bash, Leslie e Green, Andy - Youth, education and work. London: Kogan Page, 1995.

3. MÚLTIPLOS PERCURSOS DE INTEGRAÇÃO

Falar de transições, por outro lado, é falar dos processos de integração socioprofissional, vasto terreno onde afloram variadíssimos percursos de inserção.

A relação que estabelecemos tão frequentemente entre "escola - vida activa" torna-nos prisioneiros de uma ideia nefasta, a saber, a de que a integração socioprofissional é uma questão de diploma escolar. É certo que o diploma constitui um valioso instrumento de acesso ao emprego e é também certo que as mais altas credenciais facultam o acesso aos melhores empregos, mais bem remunerados, mais estáveis e mais qualificados. Mas no processo de integração socioprofissional intervêm outras variáveis muito importantes, nomeadamente no que se refere ao acesso ao emprego.

Entre elas podemos referir rapidamente: o ambiente cultural familiar, o tipo de relações, conhecimentos e influências locais em que o adolescente se situa familiarmente, o nível socioeconómico do agregado familiar, o funcionamento do mercado local e regional de emprego, o acesso ao aconselhamento e à orientação profissional, o tipo de escolarização e de percurso escolar previamente realizado, o tipo de dinâmicas de desenvolvimento social local predominantes.

Os processos de integração socioprofissional são, assim, função de uma série de factores que se interpenetram e que fomentam quadros sociais de desvalorização ou de valorização pessoal. Seria, por isto, interessante que a análise das "transições" não isolasse um ou outro factor, mas complexificasse a análise. Antes de mais, porque os problemas são complexos e a isso recomendam. Depois, porque, assim, se poderiam evitar soluções profundamente ingénuas e extremamente frustrantes como aquelas que partem continuamente do terreno escolar e nele se enredam, como se a educação escolar sozinha fosse capaz de "branquear" uma realidade carregada de contradições, de tensões e até de graves problemas sociais.

Para estimular a reflexão deste segundo elemento da equação de que partimos, destaco também dois pontos.

O primeiro refere-se à segmentação do mercado de trabalho. Todos o sabemos. Existe um sector empresarial moderno, conhecimento-intensivo, onde há mais participação e mais autonomia no

exercício profissional, pós-fordista, pautado pela flexibilidade e pela qualidade. São os mercados de trabalho primários, aqueles em que laboram o que R. Reich³ chama os "analistas-simbólicos".

A retórica técnico-económica acerca deste segmento tende a preencher a totalidade do discurso político⁴. Quando se enunciam as "novas políticas" de ensino e de formação é este o discurso (não-político) que se reproduz.

Todos o sabemos. Estes sectores e empresas mais dinâmicos e competitivos constituem apenas uma parte da realidade. Eles próprios alimentam uma outra e essa, na qual vivo, é a de muitas dezenas de milhares de empresas (e a quase da maioria das empresas de alguns sectores de actividade) que ainda se mantêm ancoradas no modelo de baixas qualificações - baixos salários - empregos precários - baixa inovação.

Este segmento do mercado de trabalho, que convive com áreas geográficas onde habitam populações com baixos níveis socioeconómicos, é profundamente co-responsável pelo abandono escolar precoce, pelas saídas desqualificadas do sistema de ensino e de formação. São ambientes sociais e não ambientes escolares que é preciso pensar e que, se assim o quisermos, é preciso alterar. Passar das políticas "reactivas" (p. ex. agir isoladamente sobre o sistema escolar) às políticas integradas e activas, é também dar prioridade à recomposição destes ambientes sociais, intervindo de modo participado e local (isto é desenvolvimento social).

O segundo ponto relaciona-se com a situação geral do mercado de emprego e com o modo como aí se desenham as trajetórias profissionais dos indivíduos. O desemprego juvenil, a precariedade dos vínculos laborais que se estabelecem nas variadíssimas actividades e nos reduzidos empregos, a incerteza que marca as trajetórias profissionais, que tenho vindo a comparar a imprevisíveis voos de borboleta⁵ a fragmentação a que se conduzem as pessoas e as quali-

³ Robert Reich - *O Trabalho das nações*. Lisboa: Quetzal, 1993.

⁴ Neste Colóquio houve, inclusivamente, um representante de um parceiro social que anunciou como pressuposto da sua análise o já adquirido "abandono do taylorismo".

⁵ cfr. Joaquim Azevedo, *Jovens, (des)empregos e voos de borboleta*, *Jornal "Público"*, 06.01.97 e Joaquim Azevedo, *Metáforas para a (des)orientação profissional*, Coimbra: 1997 (policopiado).

3. MÚLTIPLOS PERCURSOS DE INTEGRAÇÃO

Falar de transições, por outro lado, é falar dos processos de integração socioprofissional, vasto terreno onde afloram variados percursos de inserção.

A relação que estabelecemos tão frequentemente entre "escola - vida activa" torna-nos prisioneiros de uma ideia nefasta, a saber, a de que a integração socioprofissional é uma questão de diploma escolar. É certo que o diploma constitui um valioso instrumento de acesso ao emprego e é também certo que as mais altas credenciais facultam o acesso aos melhores empregos, mais bem remunerados, mais estáveis e mais qualificados. Mas no processo de integração socioprofissional intervêm outras variáveis muito importantes, nomeadamente no que se refere ao acesso ao emprego.

Entre elas podemos referir rapidamente: o ambiente cultural familiar, o tipo de relações, conhecimentos e influências locais em que o adolescente se situa familiarmente, o nível socioeconómico do agregado familiar, o funcionamento do mercado local e regional de emprego, o acesso ao aconselhamento e à orientação profissional, o tipo de escolarização e de percurso escolar previamente realizado, o tipo de dinâmicas de desenvolvimento social local predominantes.

Os processos de integração socioprofissional são, assim, função de uma série de factores que se interpenetram e que fomentam quadros sociais de desvalorização ou de valorização pessoal. Seria, por isto, interessante que a análise das "transições" não isolasse um ou outro factor, mas complexificasse a análise. Antes de mais, porque os problemas são complexos e a isso recomendamos. Depois, porque, assim, se poderiam evitar soluções profundamente ingénuas e extremamente frustrantes como aquelas que partem continuamente do terreno escolar e nele se enredam, como se a educação escolar sozinha fosse capaz de "branquear" uma realidade carregada de contradições, de tensões e até de graves problemas sociais.

Para estimular a reflexão deste segundo elemento da equação de que partimos, destaco também dois pontos.

O primeiro refere-se à segmentação do mercado de trabalho. Todos o sabemos. Existe um sector empresarial moderno, conhecimento-intensivo, onde há mais participação e mais autonomia no

exercício profissional, pós-fordista, pautado pela flexibilidade e pela qualidade. São os mercados de trabalho primários, aqueles em que laboram o que R. Reich³ chama os "analistas-simbólicos".

A retórica técnico-económica acerca deste segmento tende a preencher a totalidade do discurso político⁴. Quando se enunciam as "novas políticas" de ensino e de formação é este o discurso (nãopolítico) que se reproduz.

Todos o sabemos. Estes sectores e empresas mais dinâmicos e competitivos constituem apenas uma parte da realidade. Eles próprios alimentam uma outra e essa, na qual vivo, é a de muitas dezenas de milhar de empresas (e a quase da maioria das empresas de alguns sectores de actividade) que ainda se mantêm ancoradas no modelo de baixas qualificações - baixos salários - empregos precários - baixa inovação.

Este segmento do mercado de trabalho, que convive com áreas geográficas onde habitam populações com baixos níveis socioeconómicos, é profundamente co-responsável pelo abandono escolar precoce, pelas saídas desqualificadas do sistema de ensino e de formação. São ambientes sociais e não ambientes escolares que é preciso pensar e que, se assim o quisermos, é preciso alterar. Passar das políticas "reactivas" (p. ex. agir isoladamente sobre o sistema escolar) às políticas integradas e activas, é também dar prioridade à recomposição destes ambientes sociais, intervindo de modo participado e local (isto é desenvolvimento social).

O segundo ponto relaciona-se com a situação geral do mercado de emprego e com o modo como af se desenham as trajetórias profissionais dos indivíduos. O desemprego juvenil, a precariedade dos vínculos laborais que se estabelecem nas variadíssimas actividades e nos reduzidos empregos, a incerteza que marca as trajetórias profissionais, que tenho vindo a comparar a imprevisíveis voos de borboleta⁵ a fragmentação a que se conduzem as pessoas e as quali-

³ Robert Reich - o Trabalho das nações. Lisboa: Quetzal, 1993.

⁴ Neste Colóquio houve, inclusivamente, um representante de um parceiro social que anunciou como pressuposto da sua análise o já adquirido "abandono do taylorismo".

⁵ cfr. Joaquim Azevedo, Jovens, (des)empregos e voos de borboleta, Jornal "Público", 06.01.97 e Joaquim Azevedo, Metáforas para a (des)orientação profissional, Coimbra: 1997 (policopiado).

ficações, agora remetidas para o terreno das "competências pessoais", a enorme incerteza sobre a evolução dos mercados de trabalho locais na nova era da globalização económica, configuram um quadro social novo, profundamente órfão de um futuro que já não será o que era para ser.

Ainda lidamos muito mal — pedagogos, orientadores profissionais, empresários, políticos e políticas — com o facto de já não haver trajetórias profissionais estáveis e previsíveis. Um dos reflexos incide exactamente sobre as políticas de integração socioprofissional; os seus mecanismos e dispositivos são mais típicos do mundo que era para ser e que nos marcou até à geração que cresceu nos anos 60 e 70, do que a realidade que hoje temos e da que se abre diante dos nossos olhos.

Deveria ser dada especial atenção aos novos modos de funcionamento do mercado do primeiro emprego. Aí imperam as actividades e não os empregos; predomina um tempo de instabilidade, ziguezagueante, um tempo de desorientação e de inquietação e de forte competição.

Nem mesmo para os diplomados pelo ensino superior a integração social se processa de modo previsível e relativamente articulado. Aliás o elevado número de jovens à procura do primeiro emprego e desempregados, habilitados com um diploma de um curso superior, já é, entre nós, motivo de escândalo para muitos. Custa a compreender e a aceitar como é que coexistem tantas necessidades de pessoas muito qualificadas e tantos diplomados deste nível desempregados. Ou então, na verdade, talvez não seja assim tão difícil compreender e aceitar: afinal, nem o mercado de trabalho, na maioria das empresas que o compõem, espera recrutar este nível de diplomados, nem o mercado de emprego está em expansão, apto a absorver, em empregos e em carreiras predeterminadas, estes novos diplomados.

Este dado da realidade portuguesa mostra bem o enorme desajustamento que existe entre os sistemas de ensino e de formação e o mercado de trabalho e de emprego, desajustamento este que faz apelo para a necessidade de equacionarmos a relação entre estes subsistemas sociais num quadro mais vasto e mais complexo, de interação social. É que não basta dar resposta no campo educa-

tivo a uma procura social crescente, sem equacionar os problemas sociais, mormente de emprego, que advirão. É que não basta qualificar mais as pessoas para que haja aumento linear do ritmo de admissões de pessoas mais qualificadas nas empresas que compõem o nosso tecido empresarial.

É que o desenvolvimento social de um país não se opera por "magia" escolar, as qualificações não criam empregos e os empregos disponíveis as mais das vezes estão a desqualificar qualificações e a defraudar expectativas sociais longa e profundamente amadurecidas.

4. PARA PENSAR POLITICAMENTE AS TRANSIÇÕES

Aqui chegados, um tanto apressadamente, e diante de um problema tão multipolar, cuja complexidade aqui apenas quisemos desvendar, temos a obrigação de "fechar" a problemática em torno de algumas perspectivas de actuação política. Alinho sete.

Faço-o com a convicção de que temos de re-politizar o discurso e a acção política, tão subordinada anda esta às finanças e à economia, chame-se euro ou outra coisa qualquer o novo "grande desígnio nacional".

1. É preciso pensarmos o que e para que é que estamos a educar nas novas gerações ao prolongarmos o período de afastamento destas da realidade social do mundo do trabalho e do emprego, sendo certo que, embora mais tarde, aí acabarão por chegar. A formação básica, agora prolongada, está demasiado afastada do meio envolvente, regra geral. A educação para o trabalho no ensino básico continua a ser um problema por resolver, que se procura escamotear.

A educação tecnológica, as experiências de contacto com o mundo do trabalho e a formação experimental e laboratorial deveriam ganhar novo alento na educação básica, contando com o apoio dos Ministérios da Educação, do Emprego e de Ciência e Tecnologia e de empresas patrocinadoras, escola a escola.

2. O enorme caudal de desqualificados que é constantemente drenado do sistema educativo para a sociedade, apesar de sucessivas tentativas governamentais e locais, continua a constituir uma ferida aberta no nosso tecido social. Não fomos ainda capazes de erguer uma educação suficientemente respeitadora das diferenças nem um sistema articulado de educação de segunda oportunidade, prisioneiros que estamos das nossas ideologias igualitaristas. Com medo de transformar a segunda oportunidade na oportunidade de segunda deixamos, hipócrita mas bem-pensantemente, que a ferida continue aberta e quase nada fazemos. Temos medo dos compromissos, duvidamos de nós mesmos para controlarmos a deriva das nossas próprias acções.

O ensino recorrente/o ensino pós-laboral também poderão exercer aqui uma função social muito relevante, agora que o Governo promete encarar esta área com a necessária determinação política⁶. Este é um imperativo ético e uma necessidade nacional, em que todos são chamados a cooperar, desde a concepção à execução e à avaliação das políticas. Mas será de se constituir como um desígnio do Ministério da Educação ou dos departamentos do Estado. Se se persistir neste erro, creio que será mais uma vez um empreendimento falhado. Precisamos de um novo compromisso social, cansados que estamos dos voláteis compromissos governamentais e até estatais.

3. A qualificação e o apoio à inserção socioprofissional dos jovens e dos adultos é um problema que requer reflexão global e acção local. É fundamental garantir a territorialização das intervenções baseando-as nos actores sociais locais, nas suas parcerias e na integração interdepartamental da intervenção da administração pública.

Se foi possível articular departamentos para constituir "centros de formalidades" para apoiar a criação de empresas, será impossível ou assim tão difícil de perceber que a qualificação de pessoas nos seus territórios, este sim um grande desígnio nacional, requer respostas integradas, locais, participadas, respostas essas viáveis, algumas delas já em curso, com bons resultados, mas sem força política e sem efectivos poderes de acção (ainda que delegados)?

A qualificação das pessoas joga-se sobretudo na qualificação dos espaços - das empresas, dos serviços públicos, do atendimento, onde quer que ocorra, de prestação de serviços, das crianças e dos idosos, das ruas, dos jardins, das escolas, da natureza, da paisagem, dos centros de formação, ... e estes tipos de qualificação assentam na mobilização social local, numa nova geração de instituições de suporte ao desenvolvimento social.

4. As escolas do ensino básico e secundário, as escolas profissionais e os centros de formação profissional são chamados a desenvolver uma cultura do empreendimento e da iniciativa, mais do que a cultura da passividade e da repetição. Esta deveria ser outra das preocupações centrais do sistema de ensino e da formação profissional inicial. Não se trata de qualificar activos para uma profissão, mas cidadãos activos, aptos a exercer uma multiplicidade de papéis sociais, entre eles o de trabalhador, autênticos criadores.

Este objectivo carece ainda da sua transformação em conteúdos, métodos, acções-modelo, instrumentos de acção pedagógica.

5. As escolas do ensino básico e secundário, as escolas profissionais e os centros de formação profissional inicial deveriam evoluir de entidades cuja missão está centrada na formação e certificação, para organizações sociais também ocupadas no apoio aos processos de integração socioprofissional dos adolescentes e dos jovens, enti-

⁶ Haverá cerca de 300.000 portugueses entre os 15 e os 24 anos e cerca de 500.000 entre os 25 e os 39 anos que não possuem escolaridade básica obrigatória correspondente ao seu grupo etário.

2. O enorme caudal de desqualificados que é constantemente drenado do sistema educativo para a sociedade, apesar de sucessivas tentativas governamentais e locais, continua a constituir uma ferida aberta no nosso tecido social. Não fomos ainda capazes de erguer uma educação suficientemente respeitadora das diferenças nem um sistema articulado de educação de segunda oportunidade, prisioneiros que estamos das nossas ideologias igualitaristas. Com medo de transformar a segunda oportunidade na oportunidade de segunda deixamos, hipócritas mas bem-pensantemente, que a ferida continue aberta e quase nada fazemos. Temos medo dos compromissos, duvidamos de nós mesmos para controlarmos a deriva das nossas próprias acções.

O ensino recorrente/o ensino pós-laboral também poderão exercer aqui uma função social muito relevante, agora que o Governo promete encarar esta área com a necessária determinação política⁶. Este é um imperativo ético e uma necessidade nacional, em que todos são chamados a cooperar, desde a concepção à execução e à avaliação das políticas. Mas será de se constituir como um designio do Ministério da Educação ou dos departamentos do Estado. Se se persistir neste erro, creio que será mais uma vez um empreendimento falhado. Precisamos de um novo compromisso social, cansados que estamos dos voláteis compromissos governamentais e até estatais.

3. A qualificação e o apoio à inserção socioprofissional dos jovens e dos adultos é um problema que requer reflexão global e acção local. É fundamental garantir a territorialização das intervenções baseando-as nos actores sociais locais, nas suas parcerias e na integração interdepartamental da intervenção da administração pública.

⁶ Haverá cerca de 300.000 portugueses entre os 15 e os 24 anos e cerca de 500.000 entre os 25 e os 39 anos que não possuem escolaridade básica obrigatória correspondente ao seu grupo etário.

Se foi possível articular departamentos para constituir "centros de formalidades" para apoiar a criação de empresas, será impossível ou assim tão difícil de perceber que a qualificação de pessoas nos seus territórios, este sim um grande designio nacional, requer respostas integradas, locais, participadas, respostas essas viáveis, algumas delas já em curso, com bons resultados, mas sem força política e sem efectivos poderes de acção (ainda que delegados)?

A qualificação das pessoas joga-se sobretudo na qualificação dos espaços – das empresas, dos serviços públicos, do atendimento, onde quer que ocorra, de prestação de serviços, das crianças e dos idosos, das ruas, dos jardins, das escolas, da natureza, da paisagem, dos centros de formação, ... e estes tipos de qualificação assentam na mobilização social local, numa nova geração de instituições de suporte ao desenvolvimento social.

4. As escolas do ensino básico e secundário, as escolas profissionais e os centros de formação profissional são chamados a desenvolver uma cultura do empreendimento e da iniciativa, mais do que a cultura da passividade e da repetição. Esta deveria ser outra das preocupações centrais do sistema de ensino e da formação profissional inicial. Não se trata de qualificar activos para uma profissão, mas cidadãos activos, aptos a exercer uma multiplicidade de papéis sociais, entre eles o de trabalhador, autênticos criadores.

Este objectivo carece ainda da sua transformação em conteúdos, métodos, acções-modelo, instrumentos de acção pedagógica.

5. As escolas do ensino básico e secundário, as escolas profissionais e os centros de formação profissional inicial deveriam evoluir de entidades cuja missão está centrada na formação e certificação, para organizações sociais também ocupadas no apoio aos processos de integração socioprofissional dos adolescentes e dos jovens, entidades especializadas em orientar escolhas, apoiar neces-

sidades de reconversão profissional, por vezes imediatas à saída do ensino e de formação inicial, conscientes de que deste modo se avaliariam mais a si mesmas do que em qualquer outro processo de avaliação.

Entre as novas funções sociais da poderosa rede de organizações de ensino e de formação, salienta-se a orientação escolar e profissional e o aconselhamento especializado nas fases instáveis de integração socioprofissional.

6. Finalmente, é imprescindível que os poderes públicos e os principais parceiros sociais dignifiquem os percursos técnicos e profissionais dos jovens. Persiste uma barreira ideológica e uma prisão ao passado que têm fomentado hesitações e até desistências por parte de muitos portugueses que acreditaram que tinha chegado a hora de dotar o país de um renovado caudal de jovens profissionalmente qualificados, criativos e empreendedores. A este nível é fundamental estabelecer-se um compromisso social concreto, manter os governos ancorados nas suas linhas essenciais e colocar a monitorização e a avaliação nas mãos de agências independentes.